

NOTA PÚBLICA

No dia 5 de maio, para lembrar o Dia Mundial da Língua Portuguesa, o Senado Federal fez uma postagem nas suas redes sociais¹ que consideramos muito alarmante. Por meio desta Nota Pública, a Abralín deseja manifestar a sua surpresa e preocupação pela reprodução de um discurso contrário à diversidade linguística e à democracia, que naturaliza a discriminação e a substituição linguística.

A peça audiovisual divulgada pelo Senado Federal começa falando, num tom anedótico, da proibição de línguas estrangeiras no Brasil, empregadas por comunidades imigrantes alemãs, italianas e japonesas. Essa proibição legal, que integrou a Campanha de Nacionalização empreendida pela ditadura de Getúlio Vargas durante o Estado Novo (1937-1945), impediu que esses falantes pudessem empregar suas línguas em espaços públicos, festas e celebrações, e supôs o fechamento de escolas comunitárias e a censura de jornais, revistas e livros; tudo isso com o exercício de violência policial, prisões e tortura. O vídeo se pergunta: “Parece absurdo?” A questão fica sem uma resposta direta, embora o enunciador continue dizendo: “Mas isso ajuda a explicar por que hoje estima-se que cerca de 98% dos brasileiros tenham o português como língua materna”. O vídeo institucional que celebra a língua portuguesa parece justificar assim a violência do Estado contra comunidades linguísticas e o glotocídio (o extermínio de línguas).

Quando, mais adiante, é afirmada a oficialidade do português no Brasil, a narração do vídeo introduz uma “ressalva”, ao nos lembrar que esse reconhecimento se dá “APESAR de a Constituição também reconhecer as línguas dos povos indígenas e garantir o direito de usá-las e aprendê-las”. O episódio histórico “reivindicado” para explicar essa situação é a promulgação do Diretório dos Índios (1757) pelo Marquês de Pombal, documento legal que proibiu o uso da Língua Geral e das línguas indígenas nas povoações e obrigou a utilizar nelas só a língua portuguesa, apelando ao direito que o conquistador teria de impor o seu idioma aos povos conquistados.

Na narrativa construída no vídeo, faz-se menção às diferentes matrizes étnicas que teriam contribuído para a formação do povo brasileiro, através de bandeiras de estados nacionais. Dentre elas, figura a bandeira da União Africana, símbolo que designa uma entidade político-econômica estabelecida entre 55 países do continente africano, de diversas

¹Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DX8-6VhGiUM/?igsh=eHBwc3hibjBhaHU4>

áreas geográficas, abrigo de várias nações. Em nota, o vídeo do Senado Federal indica que esta bandeira “simboliza a ancestralidade coletiva, já que a escravidão apagou registros de países específicos”. Os trabalhos de historiadores, antropólogos e linguistas, no entanto, tem enfatizado que: (i) é indiscutível a contribuição das pessoas violentamente escravizadas e seus descendentes na formação da língua portuguesa no Brasil; (ii) os dados apontam para a presença de povos específicos, em áreas específicas, durante os séculos coloniais; (iii) é preciso dissociar a existência e presença desses povos da ideia de país/nação, evocada na nota, não a confundindo com etnia. Tratando-se de etnias, consoante destaca Nei Lopes (2023), o “escravismo brasileiro foi eminentemente banto”, ao menos durante os três primeiros séculos coloniais. Buscamos, assim, rebater a circularidade de discursos que, para além de minimizar o papel do povo africano e afrodescendente na formação do português brasileiro, apaga as suas especificidades culturais e linguísticas.

Perante um discurso de caráter inequivocamente supremacista, insensível à discriminação padecida pelas comunidades linguísticas brasileiras, consideramos necessário lembrar as políticas linguísticas que o próprio Estado já implementa para reconhecer a diversidade existente em nosso país (que não se reduz, como o vídeo afirma em sua conclusão, aos sotaques nem ao vocabulário dessas línguas incorporado pelo português).

Apesar da violenta colonização do território, que provocou a substituição do *multilinguismo generalizado* previamente existente pelo atual *multilinguismo localizado* (em palavras da professora Rosa Virgínia Mattos e Silva), no Brasil ainda são faladas, segundo dados do IBGE de 2022, 295 línguas indígenas e 30 línguas de imigração.

Além do reconhecimento constitucional da língua portuguesa como idioma oficial do país, a Lei 10.436 também reconhece Libras (Língua Brasileira de Sinais) como “meio legal de comunicação e expressão”. Por outro lado, atualmente, 103 leis municipais declaram cooficiais línguas indígenas e de imigração (veja-se <https://direitolinguistico.com.br/repositorio/s/rbll/item-set/1?page=1>). E existe no país uma política pública, sob gestão do Ministério da Cultura, voltada para o reconhecimento da diversidade linguística como patrimônio cultural: o Inventário Nacional da Diversidade Linguística. Essa política busca mapear e documentar a realidade das línguas no Brasil, com o objetivo de valorizar esse patrimônio imaterial e de contribuir para a garantia dos direitos linguísticos das comunidades de falantes.

Sabemos que a riqueza de qualquer nação se dá pelo reconhecimento e valorização de sua diversidade cultural e linguística. Somos mais fortes quando sabemos nos unir na diversidade. Por isso, a Abralín celebra o Dia Mundial da Língua Portuguesa enaltecendo a

riqueza multilíngue do Brasil, que integra, além da Língua Portuguesa, línguas indígenas, línguas de imigração, línguas de fronteira e línguas de sinais. Também incluímos as heranças africanas, que se manifestam em diferentes estruturas de nossa língua, e os sotaques regionais que constituem nossos falares. O sinal de uma nação forte e saudável é a sua capacidade de acolher e respeitar ao invés de segregar e dividir.

Comissão de Políticas Públicas da ABRALIN

Diretoria da ABRALIN
Gestão 2026-2028